

PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO DE USUÁRIOS DE UM CAPS DO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

MARIANA MEDEIROS SILVEIRA¹; MICHELE NUNES GUERIN STURBELLE ²;
LUCIANE PRADO KANTORSKI³

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – medeirosmariana1709@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – guerinnm@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – luciane.kantorski@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Desde a idade média os transtornos psíquicos permeiam a sociedade sendo explicados de diversas formas, nos primórdios eram interpretadas como possessões demoníacas, já na Grécia Antiga o louco se dava por um ser escolhido pelo divino, até a Idade Moderna onde se tornou um comportamento incompatível com a sociedade por caracterizar a pessoa como improdutivo e ameaçadora (Oliveira, 2023).

Ao longo dos anos foram se formando lugares destinados a pessoas que não estavam de acordo com as expectativas sociais, onde o tratamento se dava pelo modelo asilar. No Brasil, em 1970 iniciou-se os movimentos para a mudança na qualidade do atendimento e do cuidado dessas pessoas através de estudantes e profissionais da área psiquiátrica.

Em 1979, o marco da Reforma Psiquiátrica no Brasil foi através da criação do Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental, porém só em 1989 foi apresentado o projeto de Reforma Psiquiátrica, que 12 anos depois foi aprovado como a Lei nº 10.216/2001, intitulada como Lei da Reforma Psiquiátrica ou Lei Antimanicomial que dispõe sobre os direitos e proteção das pessoas acometidas com transtorno mental.

Essa lei foi o marco para a desospitalização e criação dos CAPS (Centro Atenção Psicossocial) que são instituições implementadas no SUS, onde oferecem cuidado integral através de uma equipe multidisciplinar às pessoas com transtornos mentais graves e recorrentes (GOV, 2025). A Portaria nº 336 de 19 de fevereiro de 2002, diferencia as modalidades de CAPS, sendo elas: CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS AD (álcool e outras drogas) e CAPSi (infanto juvenil), definidas por porte, complexidade e abrangência populacional. (BRASIL, 2002).

O objetivo desta pesquisa é identificar o perfil sócio demográfico de usuários de um CAPS no sul do Rio Grande do Sul.

2. METODOLOGIA

Trata-se da descrição dos dados sócio demográficos de usuários de um CAPS na região sul do Brasil. A coleta foi feita através de prontuários de usuários ativos no serviço, durante a etapa quantitativa de uma pesquisa sobre ouvidores de vozes no período de outubro de 2024 a maio de 2025. Nesse processo foram analisados 377 prontuários utilizando o REDCAP como sistema de agrupamento de dados, as variáveis analisadas foram: sexo, idade, cor da pele, estado civil, ocupação, religião, escolaridade e benefícios. Estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer nº 2.201.138, no ano de 2017.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 377 prontuários coletados, 253 (67,1%) eram mulheres e 124 (32,9%) homens, a maioria com idade entre 40 a 59 anos (50,8%), e de cor de pele branca (72,6% n=257), solteiros (61,4% n=218) e um número considerável não soube responder quanto a religião (43,9% n=151). Entre os usuários estudados constatou-se que 42,6% (n=142) possuem ensino fundamental incompleto. No que se refere a renda familiar 37,7% (n=134) está desempregado, sendo que 53,3% (n=201) dos participantes referem receber algum tipo de benefício.

Nesta pesquisa a maior parte dos participantes eram mulheres, com idade entre 40 e 59 anos, cor branca, ensino fundamental incompleto e com o estado civil solteiro, o que corrobora com a literatura atual relacionado a achados de usuários do CAPS no Brasil (ROLAND, *et al.* 2023; RODRIGUES, 2023). De acordo com os autores Silva G. S. A. *et al.* (2021); Freitas e Carneiro (2023) as mulheres têm uma susceptibilidade maior de desenvolver transtornos mentais e estarem dentro dos serviços de saúde especializados (CAPS), pois as mesmas têm uma associação a trabalho domésticos, maternidade, cuidado com a família, carreira profissional, questões hormonais e outros fatores que influenciam diretamente na saúde mental, justificando os números desta pesquisa.

Em relação a renda, a maioria dos usuários estavam desempregados, havendo semelhança com o estudo de Silva M. R. *et al.* (2025), porém contrapondo a informação do número de usuários que recebem algum tipo de benefício em todos os estudos citados. O desemprego entre as pessoas com transtornos mentais é comum, visto que há outros fatores correlacionados, os autores Almeida *et al.* (2021) trazem dentre eles: “evasão escolar, longo período sem tratamento, pobre desempenho cognitivo, mais traumas na infância, uso de substâncias, sintomas negativos mais graves, pior funcionamento social e ocupacional.” o que justifica os percentuais encontrados.

4. CONCLUSÕES

Esta pesquisa possibilitou a descrição sócio demográficas de usuários ativos em um CAPS, com prevalência em mulheres, brancas, entre 40 e 59 anos, com baixa escolaridade e desempregadas. Ainda uma parcela significativa relata receber auxílios de diferentes tipos.

Diante disso é perceptível o destaque para a vulnerabilidade social e a necessidade atenção para grupos prevalentes considerando as desigualdades no cenário atual, sugerindo a necessidade de aprofundamento em questões de base que motivam tais resultados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L.C. *et al.* Trabalho e desemprego entre pacientes com transtornos mentais. **REME: Revista Mineira de Enfermagem**, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rem/article/view/55012/45413> Acesso em: 20 ago. 2025

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 abr. de 2001.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm
Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)**.

Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps/caps> Acesso em:
20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002**.

Estabelece que os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas modalidades: CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS AD e CAPSi. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 fev. 2002. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html
Acesso em: 20 ago. 2025.

FREITAS, G. N.; CARNEIRO, S. N. V. Transtornos mentais no contexto dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): Uma análise epidemiológica - Revisão integrativa. **Revista Expressão Católica Saúde**, v.8, n.2, 2023. Disponível em:

<http://publicacoes.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/recs/article/view/681/625>
Acesso em: 20 ago. 2025.

OLIVEIRA, V. M. C. A Historicidade da loucura e a luta antimanicomial e a desinstitucionalização no Brasil. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 12, n.1. 2023. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/366916648_A_Historicidade_da_loucura_e_a_luta_antimanicomial_e_a_desinstitucionalizacao_no_Brasil Acesso em: 20 ago. 2025.

ROLAND, L. F. et al. Perfil sociodemográfico, clínico e nutricional de usuários atendidos em um Centro de Atenção Psicossocial. **Nutrição no Século XXI**, Editora Científica Digital, v. 1. 2023. Disponível em:

<https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/230613530.pdf>
Acesso em: 20 ago. 2025.

RODRIGUES, J. A. Análise do perfil sociodemográfico, condições de saúde e protagonismo dos usuários dos centros de atenção psicossocial (CAPS) da região carbonífera. **Dissertação de Mestrado da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC**. Criciúma, 2023. Disponível em:

<http://200.18.15.28/bitstream/1/10844/1/Joa%cc%83o%20Andre%cc%81%20Rodrigues.pdf> Acesso em: 20 ago. 2025.

SILVA, G. S. A. et al. Perfil sociodemográfico e clínico dos usuários atendidos em um Centro de Atenção Psicossocial. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem**, v.25, 2023. Disponível em:

<https://acervomais.com.br/index.php/enfermagem/article/view/19491> Acesso em:
20 ago. 2025.

SILVA, M. R. et al. Situação de risco e vulnerabilidade em relação a possíveis transtornos mentais em crianças, adolescentes e mulheres. **Research Society and Development**, v. 10, n.14, 2021. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/rsd/article/view/21987/19746> Acesso em: 20 ago. 2025.